

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA CONCURSO PÚBLICO NÍVEL MÉDIO

## Cargo 5: Escrevente de Cartório



### CADERNO DE PROVAS BRANCO



Aplicação: 20/2/2005

#### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber a sua folha de respostas, marque, imediatamente, no item zero, o tipo de caderno de provas que você recebeu (BRANCO ou ROXO), conforme modelo ao lado. Esta marcação é obrigatória e a sua ausência ou a marcação de mais de um campo implicará a anulação das suas provas.
- 2 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 120**.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

Item	Resposta
0	<input checked="" type="radio"/> BRANCO <input type="radio"/> ROXO

#### AGENDA

- I **21/2/2005**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br) — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **22 e 23/2/2005** – Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- III **22/3/2005** – Resultados finais das provas objetivas e do concurso: Diário do Poder Judiciário do Estado da Bahia e locais mencionados no item I.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Os presidentes do Poder Executivo, Luiz Inácio  
Lula da Silva, do Poder Legislativo, senador José Sarney e  
deputado João Paulo Cunha, e do Poder Judiciário, Nelson  
4 Jobim, em sessão solene no Palácio do Planalto, assinaram  
o Pacto de Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e  
Republicano, uma iniciativa inédita na história do Brasil. Os  
7 onze compromissos previstos no documento foram  
elaborados em conjunto pelos três poderes e contemplam  
temas que englobam conclusão e implementação da reforma  
10 constitucional do Judiciário, reforma processual, precatórios,  
execução fiscal, defensoria pública, Justiça Itinerante e  
direitos humanos, entre outros.

Internet: <<http://www.mj.gov.br>> (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 As vírgulas que isolam os nomes próprios e seus designativos individuais de cargos eletivos do parlamento (senador e deputado) justificam-se porque constituem aposto.
- 2 A correção gramatical e a informação do período são preservadas ao se deslocar a expressão “em sessão solene no Palácio do Planalto” (ℓ.4) para o início do parágrafo, com as devidas alterações de minúsculas e maiúsculas e de pontuação.
- 3 A inserção de **que** é imediatamente antes de “uma iniciativa inédita” (ℓ.6) altera a informação original do período, provocando prejuízo para a sua coesão.
- 4 A palavra “documento” (ℓ.7) é elemento de coesão, pois retoma a informação anteriormente dada: “Pacto de Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano” (ℓ.5-6).
- 5 Os termos “três poderes” (ℓ.8) e “temas” (ℓ.9) têm função sintática idêntica no período em que estão inseridos.
- 6 As vírgulas que ocorrem nas linhas 10 e 11 têm justificativas gramaticais diferentes, pois os elementos que são por elas isolados têm funções sintáticas diversas.

1 O presidente ressaltou a importância do Pacto de  
Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e  
Republicano para a construção de um Judiciário mais  
4 democrático, transparente e moderno. “Este é um momento  
histórico. Agir em conjunto e de forma harmônica é a melhor  
contribuição que cada um dos poderes pode prestar à nação  
7 neste momento singular da história republicana. A sociedade  
exige uma Justiça mais rápida, eficiente e acessível”, disse.

*Idem, ibidem* (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 7 A palavra “ressaltou” (ℓ.1) indica uma fala e, sem alterar a informação original, mas com detalhes diferentes de sentido, poderia ser substituída por qualquer uma das seguintes: enfatizou, destacou, distinguiu, salientou, evidenciou.
- 8 No termo “em Favor” (ℓ.2), a preposição “em” indica idéia de localização, o que impede sua substituição por **a**.
- 9 Se a estrutura “a construção de” (ℓ.3) for substituída por **se construir**, serão mantidas a correção gramatical do período e sua informação original.
- 10 A forma preposicionada ‘em conjunto’ (ℓ.5) pode, sem prejuízo para a correção do período, ser substituída por **conjuntamente**.
- 11 Na linha 6, o sinal indicativo de crase em ‘à nação’ justifica-se pela regência de ‘contribuição’.
- 12 Na linha 7, o adjetivo ‘singular’ confere ao substantivo ‘momento’ a característica de **obscuro, indefinido, mal explicitado**.
- 13 Pelos sentidos do texto, estaria correto no lugar de “disse” (ℓ.8) qualquer uma das seguintes opções: disse ele, disse o presidente, foram as palavras do presidente, foi a declaração do presidente.

1 No intuito de garantir o acesso à justiça para a  
 população de baixa renda, o Pacto de Estado em Favor de  
 um Judiciário mais Rápido e Republicano prevê a criação de  
 4 uma comissão para apresentar, em 90 dias, uma estratégia de  
 ampliação dos serviços dessas instituições, contemplando  
 metas para a ampliação da Defensoria Pública da União.  
 7 Também serão realizados contatos com os governos  
 estaduais, para a celebração de parcerias necessárias para  
 melhorar a abrangência, o funcionamento e a eficiência das  
 10 defensorias públicas.

*Idem, ibidem* (com adaptações).

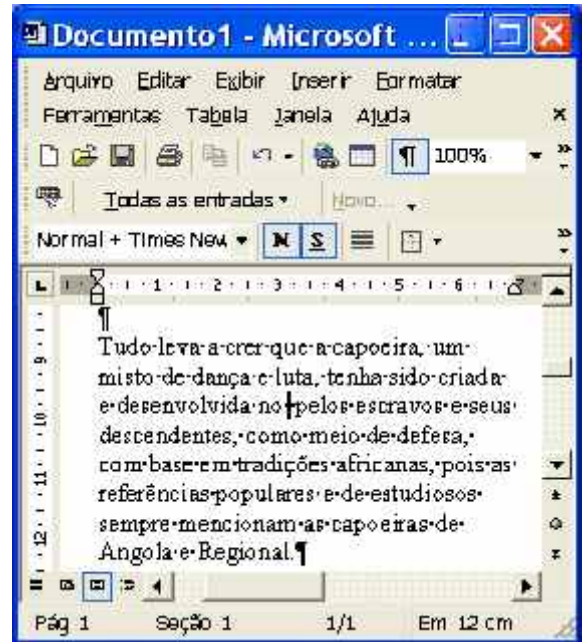
Com referência ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 14 A palavra “intuito” (ℓ.1) apresenta na língua portuguesa duas pronúncias, e, por isso, também se admite, de acordo com a norma culta, a grafia **intuíto**, com acentuação gráfica.
- 15 Na linha 1, o sinal indicativo de crase em “à justiça” justifica-se pela regência de “garantir”.
- 16 Na linha 3, como o núcleo do sujeito da forma verbal “prevê” é “Judiciário”, estaria de acordo com a informação original e gramaticalmente correta a omissão dos trechos “Pacto de Estado em Favor de um / mais Rápido e Republicano”.
- 17 A forma verbal **realizar-se-á** poderia substituir, sem prejuízo para a correção gramatical do período, a expressão “serão realizados” (ℓ.7).
- 18 Embora seja parte de uma notícia, o trecho tem características de clareza, de objetividade e de impessoalidade que asseguram estar adequado a fazer parte de um ofício.



1 No âmbito dos direitos humanos, será criado um  
 banco de dados único, sob a guarda do Judiciário, com  
 registro de todos os crimes ligados ao tema. No plano da  
 4 estrutura, se prevê um sistema de acompanhamento dos  
 inquéritos e das ações judiciais, como forma de acelerar a  
 resolução dos casos.

*Idem, ibidem* (com adaptações).

- 19 As palavras “âmbito”, “único” e “inquéritos” são acentuadas com base na mesma regra.
- 20 A substituição de “da estrutura” (ℓ.3-4) por **dessa estrutura** mantém a correção gramatical e a informação original do período.



Julgue os itens subsequentes, considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Word 2002 contendo um documento em processo de edição, com informações obtidas no sítio <http://www.bahia.com.br>.

- 21 Na situação ilustrada na figura, caso se deseje inserir, na posição em que se encontra o ponto de inserção no documento em edição, um trecho de texto com a fonte em itálico, negrito e sublinhado, é possível fazê-lo por meio do seguinte procedimento: pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **I**; liberar a tecla **Ctrl**; digitar o texto desejado.
- 22 Considere a realização do seguinte procedimento: clicar imediatamente antes de “como”; pressionar e manter pressionada a tecla **Shift**; teclar **End**; liberar a tecla **Shift**; clicar a opção Recortar no menu **Editar**. Após esse procedimento, o trecho “como meio de defesa,” será retirado de sua posição, e não será introduzido erro gramatical no parágrafo mostrado.
- 23 Por meio do botão **Todas as entradas**, é possível contar o número de vezes que determinada palavra é usada no texto em edição.
- 24 Ao se aplicar um clique duplo sobre “Angola”, o botão  será ativado, ficando na forma .

Acerca do Excel 2002, julgue os seguintes itens, considerando que as células A1 e A2 de uma planilha em edição contenham, respectivamente, os números 4 e 10, e que todas as outras células dessa planilha estejam em branco.

- 25 Considere que o seguinte procedimento seja realizado: clicar a célula A3; digitar  $=A1/A2*10$ ; teclar **Enter**. Após esse procedimento, o conteúdo da célula A3 será inferior a 1.
- 26 Caso os conteúdos mencionados correspondessem a valores monetários, em reais, e se desejasse determinar a conversão desses valores para outra moeda, seria possível fazê-lo por meio da opção Converter moeda, encontrada no menu Ferramentas da janela do Excel.

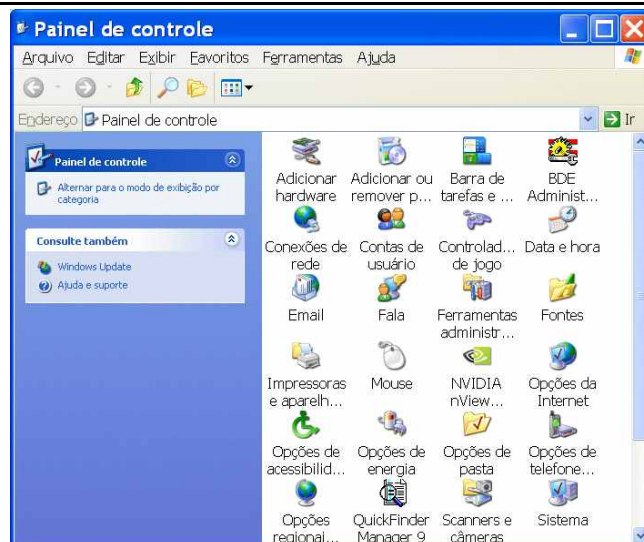


Figura I

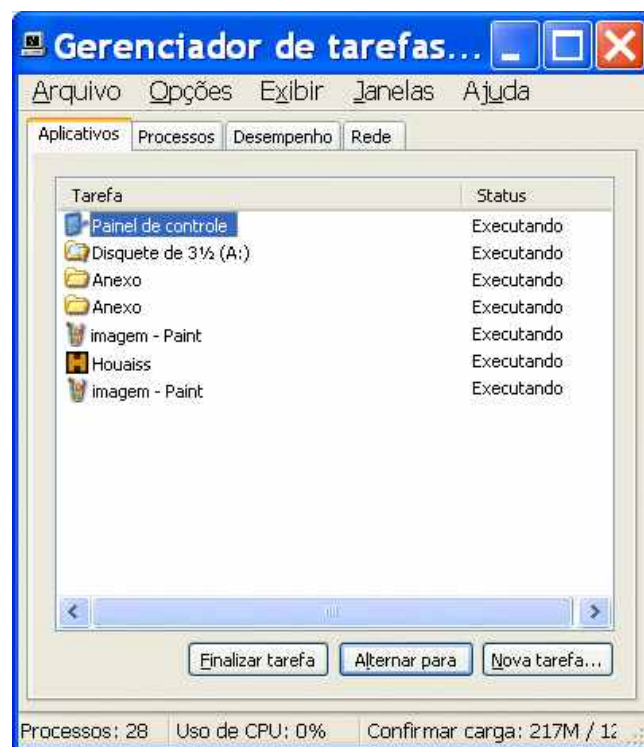
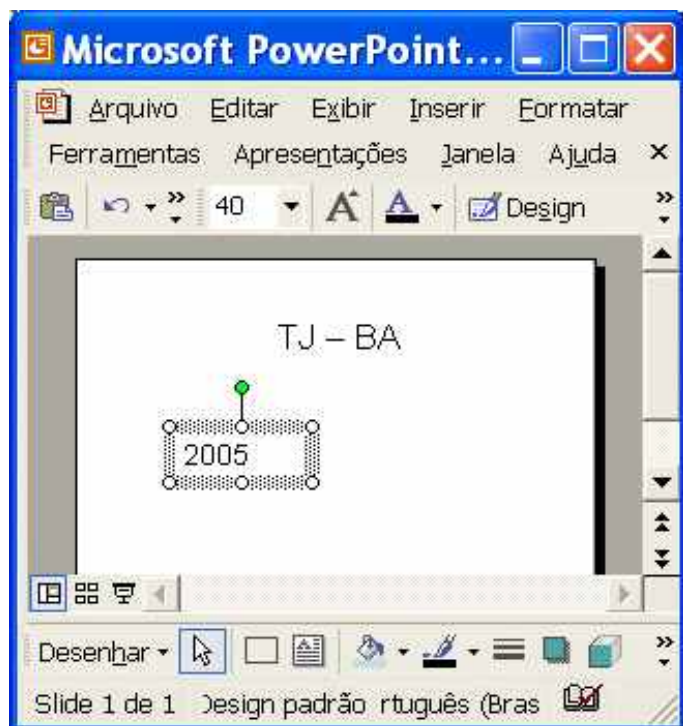





Figura II








Considerando a janela acima, julgue os itens a seguir, relativos ao PowerPoint 2002 (PPT).

- 27 A alça  na parte superior da caixa de texto selecionada na janela do PPT pode ser utilizada para girar a referida caixa de texto.
- 28 O botão **Desenhar** permite adicionar ou alterar efeitos de animação do slide atual. Entre esses efeitos, inclui-se a aplicação ou modificação do esquema de cores existente ou a alteração para um esquema de cores diferente.

Com relação ao Windows XP Professional e às funcionalidades acessíveis a partir da janela ilustrada na figura I, julgue os itens subsequentes, considerando que as janelas mostradas nas figuras I e II estejam em execução em um computador do tipo PC cujo sistema operacional é o Windows XP Professional.

- 29 Ao se clicar com o botão direito do mouse o ícone , na janela ilustrada na figura I, será disponibilizada uma lista de opções, entre as quais Propriedades, que, caso seja clicada, permitirá a obtenção da lista de softwares instalados no computador.
- 30 Na janela da figura I, ao se clicar o ícone , será executado o aplicativo Outlook Express do Windows XP, que permite o envio e o recebimento de mensagens de correio eletrônico.

- 31 A execução da janela ilustrada na figura II pode ter sido comandada ao se realizar o seguinte procedimento: pressionar e manter pressionada a tecla ; pressionar e manter pressionada a tecla ; teclar ; liberar as teclas  e ; na janela Segurança do Windows, que aparece em decorrência dessas ações, clicar o botão Gerenciador de tarefas.

Com relação a conceitos e tecnologias de Internet, julgue os seguintes itens.

- 32 O Internet Explorer 6 (IE6) consiste em aplicativo de navegação na Internet que dispõe de sistema *firewall* nativo, que pode ser ativado por meio de botão específico encontrado na janela do próprio IE6. Ao integrar *firewall* e *browser*, o IE6 tem por objetivo impedir que invasões a um computador possam ser realizadas durante uma sessão de uso do aplicativo.
- 33 A tecnologia denominada Wimax vem substituindo, no ambiente da operadoras de telefonia móvel celular, as tecnologias GSM e CDMA, para permitir que aparelhos celulares analógicos acessem a Internet.
- 34 Atualmente, a Internet utiliza, entre outras tecnologias, a técnica denominada melhor esforço (*best effort*) para definir, nos roteadores pertencentes à rede, o caminho que os pacotes devem percorrer para alcançar o destino da informação.
- 35 O equipamento denominado *hub*, quando devidamente configurado e utilizado, permite que uma única conexão ADSL com a Internet seja compartilhada entre computadores pertencentes a uma rede local.

Não é apenas com *tsunamis* que o mar está fazendo o mundo perder o sono. A cada semana surge um novo relatório dramático sobre a situação dos oceanos, fonte de boa parte da alimentação no mundo. Recentemente, uma coalizão de países tentou, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), uma moratória para a pesca de arrasto em águas internacionais, que tem provocado efeitos devastadores sobre a biodiversidade marinha. A proposta não foi adiante, por causa da oposição dos países donos das maiores frotas pesqueiras. A pesca além da capacidade de reposição dos oceanos já levou ao esgotamento de 50% dos estoques, enquanto outros 25% estão no limite; 70% das espécies de mamíferos estão ameaçadas de extinção. No Brasil, o panorama não é menos preocupante, com a agravante de que se desenvolve um programa de estímulo à pesca, que os cientistas da área consideram muito preocupante.

Washington Novaes. *Os limites do nosso mar*. In: *O Estado de S. Paulo*, 5/1/2005, p. A2 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a importância da questão ambiental nos dias de hoje, julgue os itens seguintes.

- 36 O texto reafirma uma característica que sempre acompanhou a ONU em sua trajetória, qual seja, a de atuar de maneira exclusiva no campo da paz e da segurança mundiais.
- 37 Livres da poluição que assola as terras do planeta, os oceanos deparam-se agora com um novo tipo de problema, que o texto destaca: o risco de extinção de peixes.
- 38 Ao usar o termo “moratória”, o texto informa que houve uma tentativa de suspensão da pesca de arrasto em águas internacionais.

- 39 Infere-se do texto que a pesca realizada em escala industrial, sem mecanismos de controle, promove graves alterações nas diversas formas de vida existentes nos mares.
- 40 O texto leva à conclusão de que poderosos interesses econômicos têm impedido a adoção de medidas para reduzir o impacto ecológico causado pela pesca em larga escala.
- 41 No Brasil, a inexistência de uma política voltada para a pesca é severamente criticada por cientistas e empresários que atuam nesse setor.
- 42 Pelos números apresentados no texto, conclui-se que os oceanos são incapazes de repor seus estoques de peixes.
- 43 A primeira frase do texto reporta-se ao fenômeno natural que, próximo ao Natal de 2004, espalhou o pânico e causou milhares de mortes em áreas do litoral asiático.

Quanto vai custar a limpeza do mundo? Esta é uma questão que angustia quem se preocupa com o crescimento meteórico do gás carbônico emitido pelos energéticos poluentes. Os dados da Agência Internacional de Energia mostram que o uso dos combustíveis fósseis vem aumentando 1,5% ao ano. Em tempos de grande atividade econômica, como foi 2004, o incremento é bem superior. Nos dias de hoje, o consumo desses combustíveis é cinco vezes maior do que foi em 1950. Além do petróleo, que polui bastante, muitos países utilizam intensamente o carvão, que polui mais ainda. Os Estados Unidos da América (EUA) consomem 25% do carvão mundial. A China, outros 23%. Técnicos norte-americanos sugerem medidas severas para combater a emissão de gás carbônico, com restrições obrigatórias e pagas. São problemas de quem depende de combustíveis fósseis. Bem diferente é o Brasil, que pode contar com uma fartura de energéticos não-poluentes.

Antônio Ermírio de Moraes. *A energia no mundo*. In: *Jornal do Brasil*, 16/1/2005, p. A11 (com adaptações).

A partir do texto acima e considerando os múltiplos aspectos do tema por ele focalizado, julgue os itens subseqüentes.

- 44 O denominado aquecimento global, que é uma alteração do clima do planeta, é uma das mais preocupantes conseqüências da emissão descontrolada de gases poluentes na atmosfera.
- 45 No texto, lamenta-se o fato, incompreensível, de que praticamente não há ninguém estudando e combatendo os efeitos ambientais negativos do uso em larga escala dos combustíveis fósseis.
- 46 Deduz-se do texto que, nas atuais condições da economia mundial, quanto maior o crescimento, maior a utilização dos combustíveis fósseis, altamente poluidores.
- 47 O texto informa que, juntos, EUA e China queimam quase a metade do carvão do planeta, o que é claramente prejudicial ao ar que a humanidade respira.
- 48 Em apoio ao texto, que salienta a fartura de energéticos não-poluentes de que dispõe o Brasil, pode-se mencionar o enorme potencial hídrico do país para a obtenção de eletricidade.
- 49 Embora defendida por muitos especialistas, a utilização da cana-de-açúcar para o fabrico de combustível não se concretizou por causa do desinteresse governamental.
- 50 Os atuais preços do petróleo no mercado internacional, os mais baixos da história, encorajam os países a não investir em fontes energéticas alternativas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir, acerca dos termos que o serventuário da justiça redige no curso do procedimento.

- 51 Considere que seja recebida uma petição em cartório, com o seguinte despacho judicial: “J. Após, conclusos”. Nessa situação, a abreviatura “J.” corresponde ao termo juntada. Assim, após o escrivão certificar o ingresso da petição nos autos, o processo deverá retornar ao juiz.
- 52 Vista é o ato de franquear os autos à parte, no balcão do cartório, para que tome conhecimento da data designada para realização de audiência ou para conhecimento da sentença.
- 53 Conclusão é o ato que certifica o encaminhamento dos autos ao juiz da causa para que nele exare uma decisão.
- 54 Denomina-se recebimento o ato consistente em termo por meio do qual se documenta o momento em que os autos voltaram a cartório após uma vista ou conclusão.
- 55 Autuação é a oposição de capa na petição inicial, da qual deverão constar o juízo por onde se processa a demanda, o nome das partes, a natureza da causa, a data de seu início e o número do registro da petição inicial no livro próprio.
- 56 Os termos são atos dos auxiliares de justiça realizados no juízo por onde tramita a ação, destinados a imprimir andamento ao processo. E o auto consiste no ato do auxiliar da justiça realizado fora da sede do juízo.

A respeito da correspondência oficial, julgue os itens seguintes.

- 57 A correspondência oficial deve ser elaborada com concisão, clareza e objetividade, sendo vedada a impressão pessoal de quem a elabora.
- 58 Na correspondência oficial, é permitido o uso da língua falada por ser de fácil compreensão por seu destinatário, cumprindo, assim, a sua finalidade de informar com maior clareza.
- 59 Os pronomes possessivos referidos a pronomes de tratamento devem concordar com estes. Assim, está correto: Vossa Excelência nomeará vosso substituto.
- 60 Em comunicação dirigida ao juiz, emprega-se: Ilustríssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Cível desta Capital.
- 61 O ofício é modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente. Trata-se, portanto, de uma forma de comunicação eminentemente interna.

Com relação aos deveres e às proibições impostas ao servidor público, julgue os itens subseqüentes.

- 62 Considere a seguinte situação hipotética.  
O expediente forense tem início às 12 h. Um escrevente exerce cumulativamente um cargo de professor, com carga horária de 7 às 12 horas diariamente, em uma escola localizada em bairro diverso da sede da serventia onde este é lotado.  
Nessa situação, a cumulação de cargos é possível, pois existe compatibilidade de horários.
- 63 O serventuário da justiça deverá ter conduta ilibada e exercer com assiduidade e eficiência as funções do seu cargo, devendo subordinar-se aos ditames legais e às ordens dos seus superiores hierárquicos.

- 64 Não poderá o serventuário da justiça ser considerado assíduo quando, apesar de comparecer diariamente ao local de trabalho, nas horas de funcionamento do expediente forense, não desempenhar satisfatoriamente as funções sob sua responsabilidade.
- 65 O dever de urbanidade significa que o serventuário deve dedicar-se ao trabalho e cumprir imediatamente todas as ordens recebidas.
- 66 O serventuário da justiça é subordinado às normas dos códigos de organização e divisão judiciárias do estado, às normas da corregedoria da justiça do respectivo estado e ao estatuto dos funcionários públicos civis do estado, no que for aplicável.
- 67 Com a devida autorização do juiz da vara onde o escrevente é lotado, este poderá, temporariamente, delegar a terceiro o exercício de alguma de suas funções, desde que comprove que não dispõe de condições de executar a referida tarefa ou quando a necessidade do serviço justificar a delegação.

Quanto aos deveres e obrigações dos escreventes, julgue os itens a seguir.

- 68 O escrevente deverá fazer carga dos autos, em livro próprio, todas as vezes que estes forem retirados do cartório, seja pela parte, conclusos ao juiz ou quando forem encaminhados a qualquer um dos órgãos auxiliares.
- 69 Compete aos escreventes de cartório judicial o desempenho de tarefas não especificadas, de acordo com as necessidades do serviço e observadas as instruções expedidas pelo corregedor-geral da justiça. Assim, entre outras, são atribuições do escrevente atender as partes, localizar autos, efetuar carga aos advogados.
- 70 Poderá o escrevente proceder atos de comunicação processual, como citação e intimação, devendo, para tanto, proceder a leitura do despacho judicial seguida da entrega da contrafé.
- 71 Com autorização do juiz, o escrevente poderá executar ordens judiciais a serem cumpridas fora do local onde está situada a sede do juízo, desde que seja na mesma comarca.
- 72 Se o advogado restituir os autos depois de ultrapassado o prazo legal da vista fora do cartório, deverá o escrevente recebê-lo; no entanto, deverá anular, por meio de riscos, o que tiver sido escrito nos autos ou recusar-se a protocolar a petição e os documentos produzidos.

No que se refere aos deveres e às obrigações dos serventuários da justiça, julgue os itens que se seguem.

- 73 É permitido aos servidores dos ofícios judiciais prestar informações ou mesmo fazer certificações de processos que tramitam em segredo de justiça às partes e a seus advogados.
- 74 O subscrivão, substituto legal do titular do cartório, pode praticar todos os atos atribuídos ao titular, inclusive subscrevê-los.
- 75 É atribuição exclusiva do oficial de justiça efetuar as citações, intimações ou outras diligências judiciais.
- 76 No caso de ocorrer o desaparecimento dos autos, incumbe ao escrivão o dever de imediatamente comunicar ao juiz o desaparecimento dos autos que estavam sob sua responsabilidade e providenciar o que for necessário para eventual restauração desses autos.

- 77 Caso a petição inicial seja indeferida liminarmente, deverá o serventuário devolvê-la ao peticionário e, em seguida, providenciar o cancelamento de seu registro no livro de protocolo.
- 78 Nos impedimentos do titular do cartório, seja por motivo de ausência ou suspeição, caberá a este a escolha de seu substituto, mesmo quando exista na serventia mais de um subscritivo.

Acerca dos atos praticados no cartório judicial, julgue os itens seguintes.

- 79 Os autos devem permanecer no cartório, só podendo dele sair nas hipóteses previstas na legislação própria. Entretanto, é permitida a consulta dos autos em cartório, desde que não corram em segredo de justiça, pelo advogado, mesmo que não tenha procuração.
- 80 Sempre que o ato for daqueles que se praticam por meio de petição, como os recursos, a manifestação da parte terá de ser protocolada, dentro do horário de expediente estabelecido pela lei de organização judiciária local. Não se admite o recebimento de petição pelo serventuário fora do horário de expediente forense, ainda que o cartório não tenha encerrado as suas atividades.
- 81 Não se permite no texto dos termos processuais o uso de abreviatura, porque disso poderia decorrer imprecisão ou dificuldade de compreensão das respectivas declarações. No entanto, tal regra não é de rigor absoluto, pois há certas abreviaturas que são usuais na praxe, não só do foro como dos negócios jurídicos em geral.
- 82 Toda documentação proveniente de cartório judicial está coberta pela presunção de veracidade, que decorre da fé pública que a lei reconhece ao seu ofício. Trata-se, contudo, de presunção relativa, porque pode ser desfeita por prova em contrário.
- 83 Quando o participante não puder assinar ou se recusar a fazê-lo, o ato não perderá sua eficácia processual. Caberá ao escrivão assiná-lo, certificando a ocorrência, com o esclarecimento do motivo pelo qual a assinatura não foi colhida.
- 84 O impulso do processo é oficial e se dá sob comando do juiz. Assim, mesmo para atos que não dependam de juízo de valor, a marcha comum do processo precisa aguardar ordem do juiz.
- 85 Atos de documentação são os que se destinam a representar em escritos as declarações de vontade das partes, dos membros do órgão jurisdicional e de terceiros que acaso participem de algum evento no curso do processo.

Acerca da Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia (LOJEB), julgue os próximos itens.

- 86 Considere a seguinte situação hipotética.
- Durante o período de chuvas, a sede de determinada comarca da Bahia foi inundada, o que dificultou a comunicação e o transporte entre esta e seus respectivos distritos judiciários. Nessa situação, cabe ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), por intermédio de resolução, determinar a mudança temporária de sua sede, enquanto perdurar o estado de calamidade pública.
- 87 A classificação das comarcas, na Bahia, em primeira, segunda ou terceira entrâncias, sendo a comarca de Salvador considerada entrância especial, obedece a critérios previstos na LOJEB. Cada entrância equivale a um grau de jurisdição, ou a uma instância. No estado da Bahia existem, portanto, quatro graus de jurisdição, ou quatro instâncias.

- 88 Considere a seguinte situação hipotética.
- Ao inspecionar certa localidade destinada a sediar uma comarca, o corregedor-geral da justiça do estado da Bahia constatou que essa localidade não possuía edifício com capacidade e condições para funcionamento do fórum.
- Nessa situação, por ser essa exigência requisito essencial à instalação da comarca, o corregedor-geral da justiça deve apresentar ao TJBA relatório circunstanciado, opinando pela impossibilidade da referida instalação.
- 89 O TJBA possui como órgãos colegiados de julgamento o Tribunal Pleno, o Conselho da Magistratura, as câmaras cíveis reunidas e as câmaras criminais reunidas, sendo as câmaras cíveis e criminais isoladas consideradas órgãos singulares de julgamento.
- 90 O Tribunal Pleno é o órgão superior do TJBA, sendo composto apenas pelo presidente e vice-presidente do TJBA, pelo corregedor-geral da justiça e por dois desembargadores eleitos, respectivamente, pelas câmaras cíveis e criminais reunidas.
- 91 A correição e a inspeção de serviços judiciários são atribuições conferidas ao corregedor-geral da justiça, que pode exercê-las pessoalmente ou delegá-las a juízes de direito.
- 92 O TJBA é constituído por seis câmaras isoladas, sendo quatro cíveis e duas criminais, com quatro desembargadores cada uma.
- 93 Os ofícios e serventias da justiça das comarcas criadas devem ser preenchidos por serventuários aprovados em concurso público, aberto pela Corregedoria-Geral da Justiça e presidido sempre por um dos juízes da comarca de Salvador.
- 94 Os distritos judiciários têm a denominação e os limites da respectiva divisão administrativa e podem ser de duas categorias: das sedes municipais, inclusive a sede da comarca, e dos distritos administrativos, fixados para cada município na lei de sua criação ou na lei da divisão territorial do estado da Bahia.
- 95 Quanto aos requisitos mínimos, as comarcas de segunda e terceira entrâncias diferenciam-se somente em relação à extensão territorial, à população mínima e à movimentação forense, sendo os demais requisitos idênticos para a criação de ambas as espécies.
- 96 As câmaras cíveis e criminais isoladas são órgãos de julgamento do TJBA e são presididas por um de seus membros, durante um ano, por ordem de antiguidade e sem prejuízo da função judicante.
- 97 A fiscalização das atividades dos juízes de primeira instância é competência do corregedor-geral da justiça, que exerce tal atribuição em colaboração com o presidente do TJBA.
- 98 A direção e a fiscalização do serviço de distribuição na comarca de Salvador são competências do corregedor-geral da justiça, que pode expedir as ordens necessárias ou convenientes para seu bom e regular funcionamento, mediante provimento, simples despachos ou instruções.
- 99 Na comarca de Salvador, a organização e a presidência dos concursos para o cargo de serventuário da justiça são competências do Conselho da Magistratura, que pode delegá-las ao corregedor-geral da justiça, nos termos da LOJEB.

- 100 Tanto nas câmaras cíveis quanto nas criminais, somente podem participar dos julgamentos três dos quatro membros, ressalvados os casos de embargos infringentes e de divergências.
- 101 Uma comarca do estado da Bahia, que compreende os municípios A e B e cuja sede está localizada no município B, pode ser denominada tanto de comarca A como de comarca B.
- 102 São competentes para aplicar as penas de advertência, censura e suspensão, conforme o caso, o Conselho da Magistratura, o corregedor-geral da justiça e o juiz de direito, mas a pena de demissão somente pode ser aplicada pelo governador do estado.
- 103 Considere que determinado serventuário da justiça tenha sido reiteradamente negligente no exercício de suas atribuições e, inquirido acerca desse comportamento, admitido o fato. Nesse caso, o serventuário pode sofrer pena de censura de plano, mediante ato fundamentado da autoridade competente, sendo dispensável qualquer procedimento prévio, ainda que sumário.
- 104 A prática de atos de indisciplina enseja a obrigatória instalação de processo administrativo-disciplinar para apuração das faltas cometidas, processo esse que deve ser conduzido pelo corregedor-geral da justiça ou pelo juiz de direito respectivo.
- 105 Instaurado o processo administrativo, o serventuário da justiça deve ser notificado mediante carta com aviso de recebimento e, caso não seja encontrado, por intermédio de oficial de justiça, com hora certa.
- 106 Em sede de processo administrativo-disciplinar, não se admite quaisquer privilégios quanto ao modo de prestação de depoimento, por parte das testemunhas arroladas, em obediência ao princípio da isonomia.
- 107 A autoridade administrativa dirigente de processo administrativo-disciplinar não tem competência para nomear perícia necessária à apuração de crime de emprego irregular de verbas públicas.
- 108 Considere a seguinte situação hipotética.  
A prefeitura de determinada comarca da Bahia instaurou processo administrativo-disciplinar contra a administradora do fórum dessa comarca para apurar crime de emprego irregular de verbas públicas. Regularmente notificada, a acusada nomeou advogado que, em defesa prévia, requereu a produção de prova documental, testemunhal e pericial.  
Nessa situação, as diligências requeridas pelo procurador da acusada são realizáveis a critério da prefeitura, quando julgadas necessárias à elucidação dos fatos.
- 109 Após regular instrução, no curso de processo administrativo-disciplinar, o servidor submetido a esse processo dispõe do prazo de 15 dias para apresentar alegações finais.
- 110 Se, em processo administrativo-disciplinar, determinado servidor público, regularmente notificado, não apresentar defesa, nem nomear procurador para esse fim, a própria autoridade processante deve designar advogado para promover a defesa do acusado.
- 111 Considere que determinada autoridade administrativa, dirigente de processo administrativo-disciplinar, não disponha de competência para proferir julgamento. Nesse caso, essa autoridade deve encaminhar os autos à autoridade julgadora, com relatório e sugestão de aplicação de pena.
- 112 A Corregedoria-Geral da Justiça é o único órgão competente para anotação, na ficha funcional do servidor, de penalidade imposta em decorrência de processo administrativo-disciplinar.
- 113 O Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia tem aplicação subsidiária aos processos administrativos-disciplinares a que são submetidos os serventuários da justiça desse estado.
- 114 Considere a seguinte situação hipotética.  
Pedro, oficial de justiça de uma comarca do estado da Bahia, no exercício de sua função pública, exigiu e recebeu vantagem indevida e extraviou documentos oficiais. Em razão desses atos ilícitos, foi instaurado competente processo administrativo-disciplinar e Pedro, aproveitando-se de sua função pública, providenciou a destruição de provas que pudessem atestar sua culpa.  
Nessa situação, a autoridade administrativa dirigente do processo administrativo pode determinar licitamente o afastamento de Pedro, por prazo não-superior a 30 dias, não-prorrogáveis, a fim de garantir a regular apuração dos fatos.
- 115 Considere a seguinte situação hipotética.  
João, serventuário da justiça, foi preventivamente suspenso de suas funções, tendo em vista resguardar a apuração de fatos em processo administrativo-disciplinar que resultou na aplicação da pena de censura.  
Nessa situação, não deve ser contado, em nenhuma hipótese, o tempo de serviço de João, relativo ao período da suspensão.
- 116 O servidor que deixar de cumprir com suas atribuições funcionais poderá ser punido com suspensão de até 30 dias.
- 117 Considere a seguinte situação hipotética.  
Jorge, serventuário da justiça, a despeito de ter sido preventivamente suspenso de suas funções em decorrência de processo administrativo-disciplinar, teve seu tempo de serviço regularmente contado.  
Nessa situação, Jorge faz jus a todas as vantagens do cargo ocupado, durante o período da suspensão.
- 118 Considere a seguinte situação hipotética.  
Um serventuário da justiça foi submetido a processo administrativo-disciplinar, do qual resultou a aplicação de pena de suspensão de 90 dias.  
Nessa situação, se o serventuário interpuser recurso contra a decisão, restará suspensa a aplicação da penalidade, a qual somente poderá ser executada após julgamento superior.
- 119 O serventuário da justiça submetido a processo administrativo-disciplinar que tomar conhecimento da decisão pela aplicação de penalidade contra si no dia 21/2/2005 terá até o dia 28/2/2005 para interpor recurso contra essa deliberação.
- 120 Recurso contra decisão proferida em sede de processo administrativo-disciplinar pode ser escrito ou verbal, desde que dirigido à autoridade julgadora, à qual é facultado manter ou reformar a decisão objeto do recurso.